

Les trois cours régionales des droits de l'homme in context, de Laurence Burgorgue-Larsen

Paulo Pinto de Albuquerque

Professor Catedrático, Escola de Lisboa, Faculdade de Direito,
Universidade Católica Portuguesa

A Professora Laurence Burgorgue-Larsen, da Faculdade de Direito da Universidade de Paris I – Sorbonne, antiga Presidente do Tribunal Constitucional de Andorra, publicou recentemente um livro intitulado *Les trois cours régionales des droits de l'homme in context*, na Éditions Pédone, Paris. Trata-se de uma obra com 588 páginas, que inclui uma bibliografia detalhada, duas listas minuciosas da jurisprudência citada e dos autores citados, bem como um índice ideográfico muito rico. A obra está dividida em três títulos, sendo o primeiro dedicado aos primórdios e à evolução institucional e política dos tribunais internacionais com competência sobre direitos humanos, ou seja, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, o Tribunal Interamericano e o Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos. Com o brilho habitual da sua escrita impecavelmente concisa e cristalina, a Autora demonstra como a influência do contexto político sobre os tribunais internacionais determinou a sucessão de fases de maior ou menor deferência jurisprudencial para com as decisões das autoridades nacionais, concluindo que as escolhas jurisprudenciais progressistas dos tribunais interamericano e africano pela promoção da justiça social e dos direitos das mulheres e das minorias vulneráveis não tiveram eco na jurisprudência conservadora europeia. Os mecanismos de eleição dos juízes internacionais também merecem a atenção da Autora, que critica a sua frequente manipulação pelos governos, antevendo o perigo de os Estados autoritários poderem fazer eleger juízes que defendem concepções iliberais dos direitos humanos.

O segundo título é dedicado aos métodos de interpretação dos diferentes tribunais, destacando a importância dos métodos de interpretação evolutiva e atualista como modo de enriquecimento normativo dos textos fundadores e de resposta aos desafios sociais contemporâneos colocados aos juízes internacionais. A Autora critica com grande acutilância a prevalência do discurso soberanista no âmbito do direito internacional dos direitos humanos, sob a capa de uma leitura maximalista do princípio da subsidiariedade, que limita a intervenção dos tribunais internacionais à posição de meros mecanismos de branqueamento das opções estratégicas dos governos e administrações públicas. Com essa sua crítica lúcida, a Autora dá um exemplo cabal de como a doutrina pode e deve reagir à tentativa em curso de desmantelamento do *acquis* civilizacional dos tribunais internacionais. Neste tocante é particularmente interessante a referência que a Autora faz à reação de alguns juízes de Estrasburgo a esta tentativa de desmantelamento, que pregam no deserto contra o iliberalismo crescente de alguns acórdãos do Tribunal europeu.

O terceiro título incide sobre a aplicação das convenções europeia, interamericana e africana dos direitos humanos, na sua interação com os textos constitucionais dos respetivos Estados-partes. Por um lado, a Autora elogia a imbricação e complementaridade dos três sistemas de proteção de direitos

humanos, que se reforçam mutuamente por via das referências jurisprudenciais e do diálogo entre magistrados. Por outro lado, a Autora identifica com clareza o desafio da implementação efetiva dos acórdãos dos três tribunais como o maior problema político e jurídico dos sistemas em causa, em que frequentemente o bloqueio político dos tribunais se reflete em “tentativas de desconsolidação” institucional e financeira dos mesmos.

A obra fecha com um apelo eloquente contra as vozes do populismo retrógrado e da mundividência antiliberal e o seu impacto negativo no futuro dos três tribunais internacionais de direitos humanos. Com esta magnífica obra, a Professora Burgorgue-Larsen brinda-nos com uma reflexão profunda e oportuna sobre as razões por que ainda vale a pena acreditar na justiça internacional, lutar pela credibilização dos tribunais internacionais e defender um discurso progressista dos direitos humanos num mundo cada vez mais adverso.

